



# Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira  
(Organizadora)

**Denise Pereira**

(Organizadora)

# Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-455-9 DOI 10.22533/at.ed.559190507  1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série.  CDD 370
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>71</b>
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905078</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS Wagner Lucas Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>101</b>
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA Reginaldo José da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>124</b>
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822) Leandro Silva de Paula	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>131</b>
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985) Flávio William Brito Matos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892 Danilo Arnaldo Briskievicz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>155</b>
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA Alex Faverzani da Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO Carlos Alberto Machado Noronha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050716</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>181</b>
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>190</b>
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>199</b>
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>210</b>
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>221</b>
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>238</b>
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>248</b>
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050724</b>	

<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>281</b>
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>290</b>
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>301</b>
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>316</b>
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050729</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>329</b>
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050730</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>340</b>
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050731</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>352</b>
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050732</b>	

**CAPÍTULO 33 ..... 363**

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.55919050733**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 372**

## A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA

**Reginaldo José da Silva**

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação

Recife – PE

**THE LEARNING SPEECH IN THE PRACTICES OF ENGENHO GALILÉIA PEASANT LEAGUE**

**RESUMO:** Entre os anos de 1955 e 1964, o Nordeste brasileiro, especialmente o estado de Pernambuco, tornou-se uma área de grande mobilização de trabalhadores rurais, principalmente devido ao surgimento das Ligas Camponesas, que se originaram no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, no limite entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano. No cotidiano desse movimento, camponeses construíram aprendizados, sendo um deles, o “aprendizado da fala”, ou seja, da argumentação, da crítica, do contra-discurso e da reivindicação na busca por direitos. O presente artigo objetiva discutir, a partir da análise de depoimentos de ex-integrantes do movimento, sobre esse aprendizado construído entre os camponeses do primeiro núcleo das Ligas Camponesas, a Liga Camponesa do Engenho Galiléia, contribuindo, assim, com o debate sobre as práticas educativas dos movimentos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Ligas Camponesas, Movimentos Sociais

**ABSTRACT:** Between the years of 1955 and 1964, the Brazilian Northeast, particularly the State of Pernambuco, became an area of a large mobilization of rural workers, mainly due to the rise of the Peasant Leagues, originated at Engenho Galiléia, in Vitória de Santo Antão, in the limit between Pernambucan Forest Zone and harsh. In the daily routine of this movement, peasants built up learnings; one of them the “speech learning”, that is, the argumentation, the critic, the counter-discourse, the claim in search for rights. This article aims to discuss, from the analysis of statements of former members of the movement, about this learning built between peasants in the first nucleus of Peasant Leagues, the Engenho Galiléia Peasant League, contributing to the debate on educational practices of social movements.

**KEYWORDS:** Education, Peasant Leagues, Social Movements

### 1 | INTRODUÇÃO

As Ligas Camponesas foram um movimento que atuou, sobretudo, no Nordeste brasileiro, entre 1955 e 1964. Surgiram no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão,

na zona da mata de Pernambuco. Galiléia era um engenho de “fogo morto”, chamado assim pelo fato de ter parado de produzir açúcar. Ali viviam 140 famílias que pagavam, ao proprietário Oscar Beltrão, um aluguel anual, chamado de “foro”. O foro era a principal condição para aquelas famílias morarem e plantarem nas terras do engenho.

Os foreiros de Galiléia criaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), uma associação com finalidades beneficentes, objetivando a instituição de uma caixa de auxílio comum para financiar funerais, a alfabetização de crianças e a formação de um fundo para ajuda médica e jurídica. Oscar Beltrão, em princípio, concordou com a criação da associação, aceitando, inclusive, o convite dos foreiros para ser o presidente de honra da instituição. Porém, mudou completamente de ideia quando ouviu a opinião de seu filho e de outros proprietários da região, que afirmavam ser aquela associação uma estratégia para levar o comunismo aos trabalhadores e tomar as terras do engenho. O proprietário exigiu a imediata dissolução da SAPPP e recebeu a reação dos foreiros, que não cumpriram a exigência e foram, em seguida, ameaçados de expulsão. Francisco Julião, que era deputado estadual em Pernambuco e advogado, assumiu a defesa dos foreiros de Galiléia, tornando-se, posteriormente, o presidente nacional do movimento. Assim, começou a mobilização que veio originar as Ligas, que se espalharam pelo território nacional e ampliaram sua atuação, saindo de ações assistenciais para a luta pela mudança da estrutura fundiária brasileira e em favor da reforma agrária (AZEVEDO, 1982, p. 59-61).

O presente artigo tem como ponto de partida a observação das Ligas Camponesas como um espaço educativo. Ele é resultado de uma dissertação, defendida e aprovada em 2015 no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, e objetiva discutir, a partir da análise de depoimentos de ex-integrantes do movimento, sobre um importante aprendizado construído entre os camponeses no cotidiano do primeiro núcleo das Ligas Camponesas, a Liga Camponesa do Engenho Galiléia, que é o que Montenegro (2010b, p. 42-43) chama de “aprendizado da fala”, ou seja, o aprendizado da argumentação, da crítica, do contra-discurso e da reivindicação na busca por direitos. Espera-se também que este artigo contribua com o debate sobre as práticas dos movimentos sociais como práticas educativas.

Para cumprir esse objetivo, baseados no conceito de educação não formal trabalhado por Maria da Glória Gohn, pensaremos a educação como uma experiência que ocorre a partir de relações que não se restringem ao espaço escolar, abordando a sua presença também nos aprendizados construídos “nas ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais” (GOHN, 2011, p. 108).

Os procedimentos metodológicos utilizados para a produção deste artigo incluíram entrevistas a ex-integrantes da Liga Camponesa do Engenho Galiléia e análises das mesmas, bem como consultas e análises de fontes escritas na época em que o movimento estava em atuação, como reportagens de jornais de grande

circulação, textos formativos escritos por Francisco Julião e memórias.

## **2 | EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LIGAS CAMPONESAS COMO ESPAÇO EDUCATIVO**

Para Brandão (1989, p. 9),

Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Gohn (2010, p. 15-21) chama de educação não formal aquela educação que acontece por meio de processos intencionais de interatividade e compartilhamento de experiências, em espaços coletivos, sem depender de espaços escolares, e tendo como educador “o outro”, aquele com quem se interage, mesmo que haja a presença do educador social.

Considerando a educação como um conjunto de práticas que não está restrito à escola, podemos dizer que os movimentos sociais são também lugares de educação. Neles se desenvolvem processos, principalmente de educação não formal, que objetivam construir saberes e práticas que contribuem para os indivíduos conhecerem seus direitos como cidadãos, elaborarem uma compreensão acerca do que se passa ao seu redor e se organizarem para buscar a solução de problemas coletivos e para a emancipação. Essa construção de conhecimentos e práticas nasce da convivência, da interação e das experiências dos indivíduos entre si e com a sua realidade (GOHN, 2012, p. 21-24).

Analisamos as Ligas Camponesas como um espaço educativo, considerando que a educação sempre acontece onde “há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender” (BRANDÃO, 1989, p. 24), independentemente de se estar ou não no espaço escolar.

Quando nasceu a primeira Liga Camponesa do Brasil, não com este nome, mas como Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), havia uma preocupação, entre os seus fundadores, para que a associação conseguisse meios para promover a alfabetização das crianças que viviam nas terras do Engenho Galiléia. A carta dirigida pela diretoria da SAPPP ao proprietário do engenho, Oscar Beltrão, convidando-o para ser o presidente de honra da associação, fala que ela pretendia estabelecer uma escola para atender aos filhos e filhas do foreiros (Carta ao Sr. Oscar Beltrão. Prontuário da Liga Camponesa de Vitória de Santo Antão. SSP-PE nº 29.709. Doc. Nº 41. Dops-PE, Acervo APEJE). Esse interesse da Liga de Galiléia pela educação formal de suas crianças levava em conta o alto índice de analfabetismo que, naquele período, chegava a exceder 80% nas áreas rurais brasileiras (PAGE, 1972, p. 33).

Mas, não é apenas essa tentativa de alfabetizar as crianças do Engenho Galiléia que apresenta as Ligas Camponesas como um espaço de educação. Ainda que de forma fragmentada, vários textos sobre o movimento falam de pessoas que atuavam como educadores e educadoras, fomentando processos educativos não formais, a exemplo de Maria Celeste Vidal, entre as Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão (CALLADO, 1980, p. 68; ABREU E LIMA, 2005, p. 71), e Ophélia Amorim, da Liga de Campina Grande (XAVIER, 2010, p. 13). Algumas lideranças das Ligas eram reconhecidas como pessoas que instruíam o povo, como, por exemplo, João Pedro Teixeira, Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba), que eram líderes na Liga de Sapé (XAVIER, 2010, p. 59). Francisco Julião, ao ser citado por outro líder das Ligas, Francisco de Assis Lemos de Souza, é apresentado como um educador:

Sendo grande orador e poeta, seus discursos levavam as massas a grande entusiasmo. Conseguia se fazer entender por todos, do analfabeto ao mais letrado. Usava, com frequência, as citações bíblicas, sobretudo as que mostravam os caminhos para a libertação dos pobres, e combatia a opressão e os opressores. Trouxe um grande alento e apoio em um momento difícil, onde as lideranças locais estavam confusas quanto ao caminho a seguir. Ele trouxe, também, sua análise sobre o momento que atravessávamos. Orientou sobre o que deveria ser feito. (SOUZA, 1996, p. 37).

O conteúdo educativo das Ligas se fazia presente nas falas dos seus líderes ou de pessoas que se integravam a elas para cumprir a função de formadores, mas se revelava também nas reuniões entre os camponeses, onde as relações transformavam todos em educadores e educandos:

Muitos deles, analfabetos, mas possuidores de senso prático, usavam a palavra, naqueles encontros, apresentando opiniões sobre a situação e o que esperavam do futuro. Ensinavam muitas verdades, transmitiam conhecimentos acumulados e, muitas vezes, revelavam raciocínio superior. Aprendia-se muito com eles! (SOUZA, 1996, p. 34).

De acordo com Xavier (2010, p. 62), as reuniões, comícios, concentrações, assembléias e, até mesmo, encontros clandestinos e secretos, que eram realizados para evitar represálias dos latifundiários, constituíam-se espaços de construção de saberes. Nesses encontros, os saberes eram construídos também com o auxílio de alguns instrumentos escolhidos ou escritos para cumprirem finalidades pedagógicas dentro do movimento. Francisco Julião, por exemplo, exerceu um importante papel educativo no movimento, utilizando instrumentos como a Bíblia, o Código Civil, a poesia popular, as cartilhas e os documentos orientadores (JULIÃO, 1977, p. 62).

Esses instrumentos educativos tinham a intenção de formar politicamente os camponeses, alterando a maneira como se relacionavam com o mundo. Como veremos, essa nova relação com o mundo se construía na medida em que os camponeses, no

cotidiano do movimento, aprendiam aquilo que Montenegro (2010b, 38-39) chama de “um novo jeito de falar”, ou seja, o saber discutir, argumentar, defender uma ideia, articular diálogos com outras ideias, visando desenvolver ações na busca por direitos que lhes eram negados.

### 3 | A FALA COMO APRENDIZADO

É importante iniciarmos este tópico ressaltando que os depoimentos analisados aqui se referem a lembranças de fatos que ocorreram entre 1950 e 1960. Conforme nos alerta Montenegro (2010a, p. 39-40), a memória não é uma regressão ao passado, mas uma reelaboração desse passado, a partir das experiências construídas no presente e ao longo do tempo que transcorreu entre os fatos narrados e o momento do depoimento. Com isso, não devemos esperar dos depoimentos aqui registrados uma “cópia exata dos fatos”, mas os significados e as relações construídas entre o acontecimento e o que as memórias dos depoentes selecionaram.

Os depoimentos são de três ex-integrantes da Liga Camponesa do Engenho Galiléia: Cícero Anastácio da Silva (entrevistado por mim nos dias 25 de outubro de 2014 e 26 de fevereiro de 2015), que foi sócio da referida Liga de Galiléia, segundo secretário na sede central das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão e que, na época da entrevista, estava com 81 anos de idade; Severino José de Souza (entrevistado por mim no dia 26 de fevereiro de 2015), conhecido como Biu de Souza, foi segundo secretário da Liga de Galiléia e, na época da entrevista, estava com 80 anos de idade; Heleno José de Barros (entrevistado por mim no dia 05 de julho de 2015), que foi sócio da Liga de Galiléia e estava com 85 anos de idade, na época da entrevista.

De acordo com Freire (2011, p. 170), quando é negado às “massas populares” o “direito de dizer sua palavra”, abre-se caminho para a dominação e para que os oprimidos adaptem-se à realidade que serve ao dominador. Dessa forma, torna-se necessário que essas populações periféricas sejam educadas a “usar a palavra” denunciando, questionando e, conseqüentemente, atuando em favor da transformação do mundo. Montenegro (2010b, p. 38), numa pesquisa realizada com ex-trabalhadores e trabalhadoras que moravam em Casa Amarela e se envolveram com mobilizações realizadas no bairro, na década de 1970, evidencia a importância de espaços de construção de saberes, além das escolas, como igrejas, associações e movimentos sociais para o aprendizado da fala, do uso da palavra contra a opressão e em favor de uma sociedade justa.

Nas Ligas Camponesas, os processos educativos que ocorriam em seu cotidiano possibilitavam aos integrantes do movimento esse aprendizado. Em textos educativos escritos por Julião, como, por exemplo, o documento “Bença, Mãe!”, a fala é incentivada para debater ideias, desconstruir ensinamentos que autenticavam a opressão aos camponeses e reelaborar conceitos, como os de grevista e comunista (JULIÃO, 2009,

p. 220-224).

Nesse sentido, a fala aprendida trazia discursos diferentes dos que eram elaborados pelas classes dominantes, que lançavam sobre as Ligas a imagem de um movimento violento, inimigo da paz e criminoso. Em seu depoimento, Cícero afirma que a classificação das Ligas como um movimento violento era uma ação das classes dominantes, aliadas à polícia e ao exército: “Quem nos acusava de violentos eram os empresários, a polícia e o exército. O que nós tinha era espingarda soca-soca, pra matá passarinho (sic)”. E a imprensa era o canal mais utilizado para a divulgação dos discursos que tinham por objetivo criminalizar as Ligas.

Em sua edição de 29 de fevereiro de 1964, O Correio da Manhã noticiou a ocupação do Engenho Serra, que ficava próximo à Vitória de Santo Antão, e uma greve geral de trabalhadores das usinas como ações de guerra promovidas pelos camponeses e assalariados rurais, que, organizados pelas Ligas, seriam os responsáveis por abalar a “paz” da região e trazer sérios prejuízos à economia pernambucana:

Os usineiros responsabilizam o governo estadual pela formação de piquetes ilegais, constituindo verdadeira operação militar, e pelos prejuízos causados nas fábricas de açúcar. Os “cristalizadores”, aparelhos conhecidos como bastante sensíveis, estão sendo retirados a marretadas, com vultosos prejuízos. Tôda essa crise vem se refletindo na produção açucareira de Pernambuco, com prejuízos em tôda economia do Estado, cuja viga mestra é a produção do açúcar. Com a decretação da greve geral nos engenhos do município de Vitória de Santo Antão no dia de ontem, recrudesceu o clima de agitação e intraquilidade, provocado pela recusa dos camponeses do Engenho da Serra, de abandonarem a propriedade de acôrdo com a decisão judicial. A líder dos camponeses, professora Maria Celeste, afirmou que existe a ameaça de morte para quem fôr à direção do Engenho da Serra, pois os camponeses estão portando armas de fogo, enquanto altos-falantes das Ligas Camponêsas ameaçam a invasão da cidade de Vitória de Santo Antão a qualquer instante (sic). (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p. 5).

Para Biu de Souza, a imprensa escrita local, no intuito de prejudicar o movimento, costumava utilizar a estratégia de associar as Ligas, sobretudo a Liga de Galiléia, a atos de radicalismo ou violência:

Denunciava o jornal da cidade e do estado: “Também o pessoal de Galiléia tão queimando cana”. O jornal bradava isso: “As Ligas Camponesas estragando, acabando com o canavial de cana”. Queimando, né, mas tudo isso era mentira, eles faziam isso pra provocar e pra ver as Ligas se apagar. Mas isso nunca aconteceu: sair camponês de Galiléia ou ser convidado camponês de fora pra sair uma turma colocar fogo nas canas de senhor de engenho que existia por aí, isso nunca foi feito, não. Isso era denúncia que eles faziam pra acabar com as Ligas. Eles denunciavam isso, de queimadores de cana, somente pra prejudicar Galiléia e mais pra nada. Galiléia não mexia com ninguém (sic).

Cícero também atribui à imprensa o papel de associar o movimento às ações de radicalismo e violência. Ele faz uma relação entre a oposição dos “empresários” e a postura acusatória da imprensa contra as Ligas, evidenciando, assim, que a fala da imprensa estava a serviço das classes dominantes:

As Ligas Camponesas gritava: “reforma agrária na lei ou na marra”. Naquilo, os empresários ficavam com raiva porque a gente dizia “reforma agrária na lei ou na marra”, né? Aí dizia que a gente tava tudo armado, aí a reportagem quando vinha dizia que a gente tava tudo armado, mas num existia nem sequer um revólver aqui. Existia espingarda, dali de banda, espingarda de fecho mesmo. Nem de cartucho num existia dentro de Galiléia, né? Existia espingarda soca-soca, né? E somente era o que existia, mas ele dizia que tava tudo armado, que quando chegava a reportagem aqui, que quando a gente soltava um fogos lá em cima, na sede, chegava tanta da gente no mundo, tudo de enxada, foice e estroenga. Era a arma da gente. Era essa aí. Ele dizia que tava tudo armado, né? Tudo armado porque Julião pregava “reforma agrária na lei ou na marra”, né? Aí eles dizia que tava tudo armado, mas num existia nem sequer um revolver aqui dentro de Galiléia (sic).

De acordo com Julião (1962, p. 31),

A imprensa da classe dominante, ao surgir uma Liga, inicia contra ela um ataque violento e histérico, como se estivesse em frente a uma corja de bandidos e assaltantes. É obrigatório, nessa fase, para o redator policial, o registro com destaque de fatos deturpados, contendo insultos e calúnias contra os camponeses, sua Liga e seus dirigentes. Todos são chamados de comunistas, carbonários, terroristas e agitadores.

Também, segundo Julião (1962, p. 32), a mesma imprensa que denunciava as Ligas como um movimento violento, calava-se diante dos crimes praticados pelos latifundiários contra os camponeses: os ataques dos capatazes, as torturas, as derrubadas de casebres, a destruição de roçados, a aplicação do cambão e do vale do barracão etc.

Para Biu, essa imprensa servia como porta-voz dos latifundiários. Era por ela que os latifundiários cumpriam o objetivo de lançar o movimento contra a opinião pública, acusando-o de “fazer coisas erradas”: “O latifundiário sempre denunciava pelo jornal as coisa errada que Galiléia fazia, que nunca fez nada errado. Aqui, em Galiléia, ninguém nunca fez nada errado, só fazia certo (sic)”.

Cícero e Biu apresentam um contra-discurso: a acusação de que as Ligas eram violentas ou radicais, que vinha das classes dominantes e dos órgãos oficiais do Estado, por meio, sobretudo, da imprensa, não condizia com a prática dos camponeses. Percebemos, assim, uma demarcação, mostrando que há um discurso oficial sobre as Ligas e outro que a ele se contrapõe, deixando claro que a história é um “campo de luta”, onde se registram conflitos, contradições e diversidades normalmente “esquecidos” pelos registros oficiais (MONTENEGRO, 2010b, p. 27).

Trata-se de um contra-discurso que, de acordo com Montenegro (2010a, p. 32), procura “rachar as palavras”, ou seja, desnaturalizar as palavras de um discurso dominante que, no caso das Ligas, definia a luta dos camponeses como naturalmente violenta.

Nota-se que esse contra-discurso foi construído no aprendizado da luta, no cotidiano do movimento, quando os camponeses conseguiam identificar a diferença

entre o que faziam e o que era registrado nos jornais e nos discursos oficiais. Certamente, conteúdos formativos sistematizados em cartilhas e documentos também serviram de base para o aprendizado da construção desse contra-discurso. Em um desses textos formativos, a Cartilha do Camponês, a violência é definida como uma prática que partia dos latifundiários e não dos camponeses, confrontando-se, assim, com o que diziam os porta-vozes das classes dominantes (JULIÃO, 1960, p. 7-8). Portanto, orientações como essas, aliadas às diversas vivências no cotidiano do movimento, contribuíam com a formação de novos saberes e, conseqüentemente, de novos discursos, novas falas.

Nas Ligas Camponesas havia, portanto, esse aprendizado de novos discursos, novas falas. Cícero confirma esse aprendizado: “A gente aprendia, Julião ensinava a gente, dizia ‘olha, essa lei é essa’ e a gente gritava e falava”. Não só Julião, mas também João Virgínio, no contexto da Liga de Galiléia, atuava como um educador que contribuía com a construção, entre os camponeses, de um processo educativo no qual a fala crítica, denunciante e propositiva era aprendida e também ensinada, conforme nos mostra esse depoimento de Cícero:

A gente aprendeu a explicar às pessoas com a ideia de Julião e João Virgínio, ensinando a gente como era que a gente explicava, né, denunciar as coisas, dizer o que era que o pessoal tinha direito, ao povo, explicar... A gente explicava na multidão do povo, quando a gente se reunia... Quando a gente ia pra cidade, a gente ia pra cidade, que fazia comício, discutia em carro de palanque, em cima de carro, de caminhão, né, com microfone, com som, falando, eu nunca subi pra falar, em cima, eu ficava em baixo, no meio da multidão do povo, conversando com o povo, explicando ao povo as coisas como era. Aí, os meninos subia: João Virgínio subia, Braz Francisco subia, Zé Francisco subia, Rosário subia, o velho Zezé subia, né, os outros tudo subia (sic).

De acordo com Gohn (2011, p. 113), “os procedimentos metodológicos utilizados nos processos de educação não formal estão pouco codificados na palavra escrita e bastante organizados ao redor da fala”. Uma fala que surge a partir dos problemas do cotidiano e das trocas com os outros integrantes do movimento, articulando saberes que vão contribuindo para pensar, discutir e reelaborar a realidade presente. Por isso que, de acordo com Cícero, o conteúdo dos discursos nos palanques e caminhões e das conversas “no meio da multidão do povo”, visavam compartilhar conhecimentos sobre a importância das Ligas para aquele momento e sobre os direitos dos camponeses e trabalhadores rurais:

Eu falava para o povo que as Ligas resolvia todo problema do trabalhador, todo problema do trabalhador: a aposentadoria foi de ter aparecido foi por parte das Ligas, indenização, férias, décimo, tudinho a gente falava pro povo, que não tinha nada disso, não, trabalhava, saía, simhora, sem nadinha, né. Tudo isso tem. A gente explicava tudo para o povo, tudinho nos engenhos, quando a gente saía para os engenhos: “Vocês tem direito a isso, isso, isso e isso, só sai se pagar isso a vocês. E, quando sair, ser indenizado, né” (sic).

Pelo depoimento de Cícero, percebe-se também a importância das Ligas para o aprendizado e a troca de informações acerca de questões legais, antes não dominadas pelos integrantes do movimento, como, por exemplo, o direito à indenização:

Aprendemos isso depois das ligas, que Julião disse: “A lei é assim, assim, só pode sair se for indenizado, a lei diz desse jeito, desse e desse”. Julião dizia: “Só pode sair da terra se for indenizado, se não for indenizado não sai” (sic).

Ao relatar sobre a tentativa de expulsão de um associado das Ligas, que era morador do Engenho Bento Velho, Cícero diz que os camponeses de Galiléia, ao se mobilizarem para defender o referido morador, citaram, diante das autoridades presentes no momento do despejo, artigos da legislação que davam ao camponês o direito de ser indenizado: “‘Só sai se for indenizado. Se num indenizar... Cumpra a lei que tá escrito’. Até os artigos da lei tal e tal e tal. Os mais inteligente dizia: ‘Cumpra essa lei que tá escrito’” (sic). Ao dizer que quem citou os artigos da lei foram “os mais inteligentes”, Cícero está pontuando que nem todos tinham o mesmo domínio dessas questões legais. Porém, fica claro que o conhecimento construído favorecia o acesso a assuntos antes complexos e obscuros para os camponeses.

O mesmo podemos dizer em relação aos assuntos relacionados aos direitos trabalhistas. Nas Ligas, os camponeses acessavam informações que lhes possibilitavam aprender sobre quando esses direitos estavam sendo violados, conforme vemos neste depoimento de Heleno:

Quando tinha aumento de trabalho, nesses engenho, que as Liga ia lá pro mode... Se o engenho não queria pagar (...) as Liga batia em cima. (...) Esse aí de Serra Grande, era um senhor de engenho forte, esse aí de Serra Grande, aí João Virgínio foi, paremo lá, para o Engenho Serra Grande, tava, o engenho tava com as cuba tudo cheio de cachaça, de cada, pra fazer aguardente, né, fazer aguardente. Aí, João Virgínio: “Para tudo, para tudo!” Aí parou tudo lá. “Num mói nada! Enquanto você num pagar o direito do povo, aqui num mói nada!” Aí, ele disse: “Mas João, num faça isso, João! Assim eu vou perder minhas calha, as cuba tá tudo cheia aí, já pra fazer aguardente”. Aí, João Virgínio disse: “Apoi...” “Num faça isso, deixe dois ou três aí pra fazer a cachaça, pra eu não perder”. Aí, João Virgínio disse: “É, você ta me pedindo muito, eu vou deixar. Mas, é somente pra fazer a cachaça. Pra fazer, tá tudo parado!” Eu só sei que ele... João Virgínio deixou ele, aí ele resolveu. Cortou a braça, cortou, aí fez o pagamento, o aumento do pagamento do povo, direitinho (sic).

Ao ser perguntado sobre se, antes de seu envolvimento com as Ligas, sabia fazer essas mobilizações em torno dessas questões trabalhistas, Heleno foi enfático: “Não, num sabia, não. Aprendi com as Ligas” (sic).

Para Gohn (2012, p. 22), os processos de educação não formal ocorridos nos movimentos sociais contribuem para que os grupos oprimidos tenham acesso a informações mais precisas e técnicas sobre assuntos relacionados à legislação. Assim, a atuação de assessorias ou coordenações técnicas, como a exercida por Julião e outros líderes nas Ligas, possibilitaram que os integrantes do movimento não

apenas agregassem essas informações, que antes estavam dispersas, mas também as multiplicassem com os seus pares, resultando no fortalecimento de ações de mobilização, reivindicação e pressão sobre os patrões e os governos.

O aprendizado que possibilitava aos camponeses conhecer os seus direitos e exercer a fala em torno deles, exigindo-os e denunciando a sua não efetivação, era visto como uma ameaça pelas autoridades locais. Segundo Cícero, os camponeses que faziam as denúncias publicamente, em cima de palanques ou caminhões, utilizando microfones, ou que tinham mais participação no exercício da fala nas reuniões, foram os que ficaram sob atenção maior da polícia e, na ocasião do golpe militar de 1964, foram os primeiros a ser procurados e presos pelo exército:

Ficou visto todos eles que subia em cima de palanque. Ficou visto da polícia. Eles ficava tudinho de olho, né, observando. E eu não subia. Eu ficava somente conversando com todo o povo, assim, em baixo, no chão. Aí, eu não fui visto na revolução. (...) Eu não falava muito, não, que eu não falava, né. Mas, quem falava, metia a boca pra cima, sobre o latifundiário, sobre o latifundiário, metia a boca pra cima, falava o escambal, né? Eu não falava muito, mas por isso que eu não fui visto muito do povo. Não fui, a polícia, o exército nem a polícia me olhou tanto para me pegar. Mas, quem foi, quem falava muito sobre o latifundiário, foi visto, foi chamado tranquilo. Nos engenhos por aí afora, tinha engenho por aí afora que tinha cada um cara que metia o pau pra cima, viu, falava mesmo, desculhambava o latifundiário, né. Esse na revolução, Vige Maria! O que não morreu, mas apanhou muito (sic).

Entretanto, não eram só as autoridades brasileiras que definiam a fala desses camponeses como uma ameaça. O governo dos Estados Unidos, preocupado em agir para que o Brasil não passasse por uma revolução nos moldes da Revolução Cubana, enviava agentes para conhecer o que estava se passando no Nordeste brasileiro, sobretudo observando a atuação das Ligas (PAGE, 1972, p. 11). Os conteúdos das falas dos camponeses constituíam-se como fontes principais para a interpretação do Nordeste do Brasil como uma região à beira de uma revolução socialista. Cícero lembra: “A CIA entrava aqui dentro pra pegar as conversas da gente”.

A atenção do governo estadunidense se voltou para o Nordeste brasileiro depois que Tad Szulc, correspondente do jornal *The New York Times* na América Latina, publicou, em 31 de outubro de 1960, um artigo de primeira página apontando essa região do Brasil como um lugar de extrema pobreza e que vinha sendo bastante influenciada por extremistas de esquerda e líderes comunistas como Fidel Castro e Mao Tsé-Tung. No mesmo artigo, Szulc lembrava que Recife era uma cidade estratégica para a Força Aérea dos Estados Unidos, pois era o local de escala de técnicos e de materiais que seguiam para a base de rastreamento de mísseis teleguiados que ficava na Ilha da Ascensão, localizada no Atlântico Sul, ressaltando, com isso, o perigo para a segurança do país norte-americano, caso a região fosse dominada pelo comunismo. Esse artigo de Szulc provocou a publicação, no dia seguinte, de outro artigo, intitulado “Marxistas estão organizando os camponeses no Brasil”, o qual focalizava as Ligas Camponesas. A partir das reações advindas da reportagem de Szulc e da recente Revolução Cubana,

John Kennedy, que acabara de vencer as eleições presidenciais, definiu o Nordeste do Brasil como a área que precisava de maior e mais urgente necessidade de atenção, começando a enviar agentes de seu governo para acompanhar a região (PAGE, 1972, p. 28).

Cícero lembra a presença constante de estrangeiros, sobretudo norte americanos, em Galiléia:

Óia, era tanto do americano aqui, tanto do americano, que a gente não tinha nem tempo, até, tempo às vez nem de trabalhar no roçado. Quando dava fé, chegava uma reportagem americana. Chegava uma reportagem daqui, outro daqui, outro de acolá, né (sic).

Uma dessas visitas foi a de Edward M. Kennedy, promotor-assistente no estado de Massachusetts e irmão do presidente Kennedy. Seu desembarque no Recife, em 30 de julho de 1961, era parte de uma viagem que ele fez pela América Latina, com o objetivo de analisar a atual situação da região. O plano era ficar 42 horas em Pernambuco colhendo informações sobre os problemas do Nordeste. A agenda incluiu um encontro com o governador Cid Sampaio e uma visita ao Engenho Galiléia para conhecer a primeira Liga Camponesa. Nas terras do antigo engenho, Edward Kennedy teve que ouvir a fala de Zezé da Galiléia, que se queixou da presença da polícia na localidade. Segundo Zezé, a polícia não estava ali para garantir a segurança dos moradores, mas, sim, para reprimir o movimento. Edward Kennedy também anotou depoimentos dos camponeses sobre a mortalidade infantil na região e a ausência de energia elétrica na comunidade. Saiu de lá prometendo o envio de um gerador de energia elétrica, que chegou algum tempo depois, mas só foi utilizado em 1965, para garantir o fornecimento de energia a uma escola que foi instalada em Galiléia (PAGE, 1972, p. 148-149). A visita de Edward Kennedy ao Nordeste brasileiro, especialmente à sede da Liga Camponesa de Galiléia, ocorreu duas semanas depois que seu irmão, o então presidente dos Estados Unidos, definiu a região como prioritária para as atenções do seu governo. Isso nos permite analisar a referida visita como parte das estratégias daquele país para manter sob controle ou até mesmo desmantelar os movimentos que, na suposição dos estadunidenses, poderiam tornar o Brasil um país socialista (SANTIAGO, 2001, p. 48).

Com relação à presença da CIA (Agência Central de Inteligência) no Nordeste brasileiro, Page (1972, p. 157) afirma que a seção política do Consulado dos Estados Unidos, instalado no Recife, “mantinha constante observação sobre o pulso político da região”, lendo e recortando jornais, colecionando documentos e mantendo “um arquivo completo sobre todas as figuras políticas da região”. Todas essas informações eram compartilhadas com a CIA, que também tinha agentes trabalhando dentro do consulado.

Nas palavras de Montenegro (2010b, p. 40), “poder falar, reivindicar, discutir, defender ideias contrárias, ou mesmo se fazer notar, ocupar um lugar entre as diversas

falas é uma conquista das camadas populares”; uma conquista que possibilita, a quem aprende a usar a fala nesse sentido amplo, conceber um novo modelo de sociedade. O aprendizado da fala, entre os camponeses da Liga de Galiléia, foi um exemplo dessa conquista e, como tal, ameaçava seriamente o *status quo* da estrutura fundiária brasileira, historicamente opressora e desigual, bem como preocupava poderes como o dos Estados Unidos, interessados em continuar lucrando com a manutenção de um sistema político e econômico que, no Brasil, gerava pobreza e miséria para a maioria da população. Como diz Brandão (1985, p. 13), se com palavras

são escritas as regras que oprimem e consagram a opressão, com elas também os homens entre si podem falar e escrever frases e modos de saber que, pronunciados e exercidos, podem um dia libertar o homem e os seus mundos.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigual estrutura fundiária brasileira e a violência dos latifundiários provocou, entre as décadas de 1950 e 1960, a mobilização dos camponeses e sua organização em movimentos e sindicatos que tinham como objetivos reivindicar direitos negados, combater a exploração e promover a reforma agrária. As Ligas Camponesas, iniciadas com a luta dos foreiros do Engenho Galiléia, constituíram-se como o movimento social agrário mais importante do período. Nele, camponeses se inseriram em processos educativos que se desenvolviam no cotidiano das ações (reuniões, comícios, passeatas, rodas de conversa etc.) e a partir do contato com instrumentos formativos, sobretudo cartilhas e documentos orientadores.

Nesses processos, o aprender a debater ideias, reivindicar, construir contra-discursos, denunciar a opressão e propor outro modelo de sociedade foi fundamental para possibilitar aos camponeses novas formas de se relacionar com o mundo e com as instâncias de poder.

Como esse aprendizado, chamado aqui de “aprendizado da fala”, ameaçava os poderes que mantinham a desigual estrutura fundiária brasileira e dela se beneficiavam, ações que tinham por objetivo silenciar essas falas foram planejadas e executadas pelas classes dominantes. Ao dominador interessa negar ao oprimido o direito de usar a palavra para questionar, denunciar e contradizer, pois esse exercício da fala tira o oprimido da condição de mero espectador do mundo, colocando-o como alguém que, problematizando o mundo, age para transformá-lo, propondo o fim da dominação e da opressão (FREIRE, 2011, p. 123).

#### REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

\_\_\_\_\_. **Tempo de Arraes**: a revolução sem violência. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CORREIO DA MANHÃ. Continua greve nas usinas de açúcar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 fev. 1964, p. 5.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JULIÃO, Francisco. “**Bença, mãe!**”. In: JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do camponês**. Ligas Camponesas do Brasil, 1960.

\_\_\_\_\_. **Francisco Julião**: depoimento 1977. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1982.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 6. ed. São Paulo: Contexto 2010.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve**: Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.

XAVIER, Wilson J. F. **As práticas educativas na Liga Camponesa de Sapé**: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 – 1964). 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Denise Pereira:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-455-9

